

Ano XX nº 5558 – 26 abril de 2017

Com reforma trabalhista, o poder do empregado fica reduzido a pó

Hoje, dia 26/04, deve ser votada em plenário da Câmara dos Deputados a reforma trabalhista (PL 6786/2016), de autoria do Executivo e de relatoria de Rogério Marinho.

Ela tramita em regime de urgência graças a uma manobra estilo Eduardo Cunha feita por Rodrigo Maia, atual presidente da Câmara, e a expectativa é de que ela seja aprovada. A oposição questionou o texto e afirmou que a proposta agora aprovada privilegia os interesses do capital, prejudica trabalhadores e fragiliza a representação sindical.

Menos debatida pela população do que a reforma da Previdência, ela pode excluir do contrato o pagamento pelas horas que se gasta para chegar ao trabalho quando é de difícil acesso, reduzir os valores de indenização por danos morais, fazer prevalecer os acordos entre patrões e empregados sobre a lei, possibilitar a redução de salário e o aumento da jornada de trabalho, além de uma série de outras alterações estruturais.

Foi constatado empiricamente que os governos de Lula e Dilma criou muitos empregos sem alterar a CLT, como na construção civil, que foi um dos setores que mais empregou naquele período em função de toda a política de fomento da economia sem necessidade de alterar a lei. O que cria emprego efetivamente é o aquecimento da economia, são as políticas públicas. Essas reformas estão muito ligadas ao empresariado, embora eles não assumam. Querem o desmonte de uma estrutura organizada desde 1943, e que nunca chegou a alcançar a maioria dos trabalhadores. O resultado disso só pode ser a institucionalização da precariedade do mercado de trabalho.

O mais grave é que não foi discutido com a população. Se essa reforma passar, o negociado se coloca acima do legislado, e em uma situação de desemprego vai ficar mais difícil para o trabalhador em condições precárias fazer exigências.

**Lei das Terceirizações já causa estragos**

Depois de o Bradesco demitir bancários com 30 anos de casa para promover contratação de trabalhadores terceirizados, agora a terceirização chegou ao serviço público.

O professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), ambos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Márcio Pochmann denuncia, em artigo publicado na Rede Brasil Atual, que prefeituras de Santa Catarina, Paraná, Alagoas, entre outros estados, estão adotando o sistema de licitação na modalidade do menor preço para contratar professores, assistentes sociais, entre outros profissionais.

Agora, com a Lei recém aprovada, já começam a aparecer as consequências para o trabalhador. Fazemos o mesmo alerta com relação às reformas trabalhista e da Previdência, que tramitam no Congresso Nacional. Se aprovadas, as consequências serão desastrosas para os trabalhadores", disse Roberto Von der Osten, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

Mais de 11 milhões ainda não declararam o IR

IR 2017



Receita Federal

Faltando três dias para o fim do prazo para envio da declaração de Imposto de Renda, mais de 11 milhões de contribuintes ainda não declararam, segundo informações divulgadas pelo Fisco.

De acordo com o órgão, até o último balanço da Receita, 16,53 milhões de declarações haviam sido entregues, o que representa cerca de metade do total esperado.

O prazo para envio começou em 02 de março e termina em 28 de abril. A expectativa da Receita Federal é receber 28,3 milhões de declarações neste ano. As restituições começarão a ser pagas em 16 de junho e seguem até dezembro, para os contribuintes cujas declarações não caírem em malha fina.